

A historiografia sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas

Em Espanha, tal como noutros países da Europa mediterrânica e da América Latina, o desenvolvimento de regimes políticos liberais ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX encontrava-se intimamente ligado à predominância de costumes e instituições que, em castelhano, são genericamente identificados com a terminologia *caciquismo*. Mais concretamente, a política caciquista veio a identificar-se com a própria época da Restauração (1875-1923), que foi decisiva no desenvolvimento da Espanha contemporânea. Tanto os intelectuais da época como os historiadores posteriores consideraram o *caciquismo* — isto é, a proliferação de práticas clientelares protagonizadas pelos notáveis locais ou *caciques* — uma das características fundamentais do sistema político espanhol e encontraram nele as razões que fizeram fracassar a transição do liberalismo para a democracia no primeiro terço do século XX.

Entretanto, a análise do caciquismo converteu-se numa especialização com personalidade própria dentro da historiografia espanhola, numa verdadeira indústria — tal como assinalou Raymond Carr — que gera um caudal de publicações difícil de acompanhar por quem não se dedique de modo exclusivo ao tema (Carr, 1999). O renascimento dos estudos historiográficos na Espanha democrática dos últimos vinte e cinco anos começou por prestar uma maior atenção à primeira metade do século XIX, onde se procuravam as causas do atraso nacional na fracassada *revolução burguesa*, e posteriormente dedicou-se, até aos dias de hoje, ao inesgotável filão da guerra civil de 1936-1939, às suas causas e consequências no franquismo inicial. No

* Universidade Complutense de Madrid.

entanto, foi a Restauração que ocupou, ainda assim, o lugar de maior privilégio nos recentes debates entre historiadores e, em alguns momentos e com motivo de comemorações diversas, também entre os círculos políticos e nos meios de comunicação de massas. Já é possível, portanto, realizar um balanço do que aconteceu e dá-lo a conhecer para o exterior dos círculos académicos hispânicos. Este ensaio tentará realizá-lo através de um esforço triplo: começará com uma breve revisão histórica das visões tradicionais sobre o caciquismo tanto na crítica política como na historiografia; depois, fará o mesmo relativamente às distintas tendências historiográficas vigentes — aqui identificadas como *nova história política* e *história social agrária*; finalmente, terminará com algumas sugestões acerca de linhas de investigação que poderão ser seguidas no futuro.

A CRÍTICA POLÍTICA E O CACIQUISMO

O caciquismo, entendido como o resultado do peso crucial detido pelos «poderosos» locais na política espanhola, encontra raízes, pelo menos, na transição do Antigo Regime para a sociedade liberal. No entanto, durante a Restauração transformou-se num problema político importante — inclusive urgente — a partir do momento em que a crítica política começou a concebê-lo como a origem de todos os males que assediavam a vida pública do país e a situá-lo no centro das suas preocupações e propostas de mudança.

Nos anos 80 do século XIX começaram a proliferar em distintos âmbitos as críticas ao sistema estabelecido da *alternância pacífica* entre conservadores e liberais, baseado na manipulação das eleições, que, por sua vez, se apoiava no caciquismo. Como é sabido, os dois partidos governamentais alternavam-se no poder sob a arbitragem da coroa, assentando no pressuposto de que quem obtivesse o comando tinha garantida a maioria no parlamento através da fraude eleitoral orquestrada pelas autoridades e levada a cabo pelos caciques. Estes, por sua vez, usufruíam dos recursos públicos disponíveis em função do seu proveito individual ou das suas clientelas particulares. Como ilustração sintomática, na edição de 1884 do *Diccionario da Real Academia Española* é incluído pela vez primeira o termo *caciquismo* como «excessiva influência dos caciques nas povoações». Como se vê, era já atribuído um carácter negativo ao papel tradicional dos elementos mais influentes de cada localidade.

Entre os autores que se incluíram neste ambiente crítico destacou-se especialmente o republicano Gumersindo de Azcárate, em cuja obra ocupavam lugar de destaque os ataques ao parlamentarismo corrupto praticado pelos políticos da Restauração. Em Espanha, tal como dizia Azcárate, o parlamentarismo liberal tinha sido posto em prática através de múltiplas

corruptelas que o desprestigiavam, desde a primazia do poder executivo sobre os poderes legislativo e judicial, a fraude eleitoral, o faccionalismo partidista e uma administração pública doente de «centralização, burocracia, expediente e emprego-mania», males todos eles associados ao caciquismo:

Esse novo tipo de feudalismo, cem vezes mais repugnante do que o guerreiro da Idade Média; nele se esconde, sob a roupagem do governo representativo, uma oligarquia mesquinha, hipócrita e bastarda, porque os *caciques* fazem as eleições em equipa com os governos, e se estes precisam daqueles, e aqueles destes, o deputado precisa de ambos para *cultivar o seu distrito*» [Azcárate, 1978 (1885), p. 83].

Segundo Azcárate, um dos problemas mais graves do regime parlamentar espanhol era a predominância, na representação, dos interesses particulares — pessoais, locais ou partidários — sobre os gerais ou nacionais, mais concretamente o facto de os deputados se converterem em agentes dos caciques que controlavam os seus distritos eleitorais. A imoralidade tinha tomado conta da política espanhola e provocava o lógico afastamento dos cidadãos em relação à mesma. No entanto, Azcárate acreditava que estes defeitos tinham solução no contexto da lei porque as corruptelas não se consubstanciavam com o parlamentarismo e, portanto, era possível atacá-las do ponto de vista legal — por exemplo, com o estabelecimento de um novo processo administrativo — e assim acabar com a arbitrariedade que se encontrava na base dos abusos. Este diagnóstico com pendor legalista também era partilhado por políticos de outras tendências, tais como os conservadores Francisco Silvela e Antonio Maura, que confiavam nas reformas eleitoral e da administração local.

No entanto, em finais do século XIX e inícios do século XX, na ressaca da crise de identidade nacional que o *desastre* de 1898 provocou — a perda das últimas colónias espanholas numa breve e humilhante guerra com os Estados Unidos da América —, o caciquismo deixou de ser um de tantos problemas que afectavam o sistema político espanhol para se converter no principal, ou seja, na chave explicativa do atraso espanhol, no maior obstáculo à modernização do país, e, portanto, tornava-se necessário removê-lo com urgência. Esta atitude materializou-se nas obras dos chamados *regeneracionistas*, um importante grupo intelectual que não começou necessariamente a escrever depois de 1898, mas cujas opiniões tiveram notável repercussão a partir dessa data. A sua cabeça mais visível era indubitavelmente Joaquín Costa, que acertou, com um instinto muito apurado para as expressões «redondas», na sua descrição do sistema político do liberalismo espanhol culminado na Restauração como *oligarquia y caciquismo*, precisamente o título da memória que precedia um inquérito alusivo ao tema elaborado pelo *Ateneo de Madrid* em 1901. Este inquérito compilava opiniões

muito distintas; no entanto, a de Costa era a mais influente. Segundo a sua clara visão do problema:

A nossa forma de governo não é um *regime parlamentar*, viciado por corruptelas e abusos, como é usual entender, mas antes o contrário, ou seja, um *regime oligárquico, servido* — e não moderado — por instituições aparentemente parlamentares [Costa, 1975 (1902), I, p. 16].

Definitivamente, Joaquín Costa descrevia uma oligarquia egoísta, uma espécie de facção forasteira que não governava para os espanhóis, mas antes para si mesma, e que dominava e explorava o país, apoiando-se nos caciques, senhores onnipotentes que exerciam um despotismo sem limites — Costa fala de *Sua Majestade o Cacique* — sobre um povo submisso e empobrecido. Os oligarcas e os caciques, associados aos governadores civis, impediam o progresso da Espanha e produziam «atraso, miséria, incultura, escravidão» (p. 8). Era, portanto, necessário empreender não apenas uma série de reformas legais, mas também uma *acção cirúrgica* taxativa por parte de um *cirurgião de ferro* que libertasse a nação daqueles que a mantinham sequestrada — acção que se lhe afigurava incompatível (pelo menos no imediato) com o regime parlamentar.

Estas visões, tingidas com uma forte carga moral, continuaram em vigor entre os críticos do sistema da Restauração e, em geral, entre aqueles que o analisaram até aos nossos dias. A geração intelectual que se lhe seguiu, a de 1914, menos «tremendista» do que Joaquín Costa, continuava a assinalar o aproveitamento que a oligarquia dominante fazia da política caciquista e, em consequência, qualificava-a como incapaz de guiar o país pela senda da imprescindível europeização da Espanha. O líder desta geração, José Ortega y Gasset, decretava em 1914 a *morte da Restauração* e deixava claro que os políticos dinásticos, protagonistas da *Espanha oficial*, organizadores da corrupção, afectados por uma profunda incompetência e afastados das «correntes centrais da actual alma espanhola» (Ortega, 1983 [1914], I, p. 274), estavam acabados para sempre. A *Espanha vital*, formada pelas novas elites profissionais, empreenderia as tarefas necessárias para empurrar os espanhóis para o futuro. Essa separação entre a *Espanha oficial* e a *Espanha vital* marcaria a visão de vários autores posteriores.

Ainda em 1923, o futuro presidente da República, Manuel Azaña, acreditava que a persistência do caciquismo — que o próprio teve de sofrer na pele numas eleições de distrito rural — implicava a edificação de «um poder fraudulento, efectivo e omnímodo, apesar de extralegal». O cacique, com a anuência da oligarquia, a cujos interesses oferecia os seus serviços, continuava a exercer a sua influência ancestral e tinha-se convertido num «inimigo do direito» e «sequestrador da liberdade», num «recife de coral», num obstáculo

para a participação eficaz do povo no governo ou (no mesmo sentido) para a democratização do país (Azaña, 1966 [1923], I, pp. 471-474).

Desde essa altura, aqueles que tentaram explicar a difícil implantação da democracia em Espanha recolheram os elementos substanciais desta crítica política. Principalmente, a identificação entre a estrutura caciquista e o regime da Restauração, a partir da qual derivavam outros postulados, tais como, por exemplo, a falta de representatividade daquele sistema político e dos seus componentes (os partidos e o parlamento eram considerados *artificiais*, ou seja, integrados por elites políticas alheias aos problemas reais da população — e daí o interesse por parte dos governantes na manutenção do falseamento da vontade popular, impedindo desse modo a emancipação dos cidadãos) e a ausência de evolução no sistema, tolhido e incapaz de se adaptar às mudanças sociais no primeiro quartel do século XX. Juntamente com os fins democráticos, as condenações anticaciquistas inspiradas pela figura «costiana» do *cirurgião de ferro* também foram aproveitadas pelos sectores antiliberais que, abominando o sistema parlamentar, o procuravam desprestigiar com as alusões ao seu carácter perverso. Para constatar este uso basta citar os discursos dominantes entre os partidários das ditaduras de Primo de Rivera, primeiro, e, posteriormente, de Franco.

OS ENFOQUES DA HISTORIOGRAFIA

Depois da crítica política chegou a vez da historiografia. Depois da guerra civil e da consequente pós-guerra produziu-se um certo ressurgimento historiográfico que motivou uma renovada análise da vida política do século XIX. Nele sobressaiu a obra de Jaume Vicens Vives, que assumiu a herança dos intelectuais anteriormente citados e lhe acrescentou uma dimensão social e económica que clarificava os nexos entre o poder político e o poder económico, dinâmica pouco explorada pelos críticos da viragem do século [Vicens (dir.), 1985 (1957)]. As suas publicações abriram a janela para visões muito mais complexificadas sobre o problema.

No entanto, foi nos anos 60 e 70 que, à medida que se consolidavam em Espanha os estudos académicos sobre a época contemporânea, se superou o ensaísmo político e se enveredou por interpretações históricas sólidas e coerentes. Apesar de alguns dos seus pressupostos serem meras hipóteses sem base empírica, até ao dia de hoje não foram ainda totalmente descartadas. Manuel Suárez Cortina identificou quatro correntes interpretativas que, cimentadas na década de 70, tiveram forte influência nos historiadores posteriores. Estas correntes concebem, respectivamente, o caciquismo como (1) um sistema de dominação de classe, (2) um travão à modernização instrumentalizado pelas elites proprietárias, (3) a hegemonia dos poderes

locais ou (4) um emaranhado político baseado nas relações patrão/cliente (Suárez Cortina, 1997). No entanto, e para encarar o assunto com maior clareza, resulta mais fácil agrupar as teses sobre o caciquismo em duas grandes tendências historiográficas, de acordo com a origem e natureza adjudicadas ao fenómeno (Garrido, 1990).

A primeira dessas escolas atribui ao caciquismo uma origem sócio-económica, entendendo-o como uma ferramenta utilizada pela oligarquia social espanhola para se manter no poder. Será este o caso das teses de Richard Herr sobre uma hierarquia caciquista paralela à estrutura do Estado sustentada pelas elites proprietárias que resistiam à modernização (Herr, 1978). Ou o de muitos autores inspirados pela teoria marxista que insistiram na subordinação da política caciquista aos interesses da classe dominante. Neste contexto, convém referir a influência das ideias de Manuel Tuñón de Lara, que definiu as elites da Restauração como um *bloco de poder oligárquico* composto por proprietários, industriais e homens de finanças estreitamente relacionados com os partidos dinásticos e cujos interesses determinavam as decisões políticas (Tuñón, 1972). O cacique, portanto, fazia parte destas redes, identificado com os proprietários agrícolas, e a sua figura adquiria um forte sabor meridional:

O cacique — escrevia Tuñón — é o ricaço do povo; ele próprio é proprietário ou representante do proprietário de estirpe que reside na Corte; dele depende que os trabalhadores agrícolas trabalhem ou morram à fome, que os colonos sejam expulsos das terras ou que as possam cultivar, que o camponês médio possa obter um crédito. A *Guardia Civil* da aldeia é conivente com ele, o professor da escola — que vive miseravelmente — deve submeter-se a ele, o pároco prefere, regra geral, colaborar com ele; numa palavra, ele é o novo feudal, é o senhor omnímodo [Tuñón, 1960, pp. 44-45].

Alfonso Ortí, autor da versão mais completa deste enfoque marxista, expôs como a propriedade era constituída na base do poder político do cacique e a estrutura caciquista — verdadeira *constituição política* do país — estava concebida como instrumento de defesa das classes privilegiadas, especialmente as dos latifundiários e proprietários de terras em Castela e na Andaluzia, que se impunham sobre o proletariado e a pequena burguesia periférica mediante o domínio de uma maquinaria política centralista e oligárquica (Ortí, 1975). Este tipo de interpretações encontrava-se muito próximo daquilo que Santos Juliá definiu como o *paradigma do fracasso*, isto é, a ideia de que a Espanha contemporânea esteve marcada pela ausência ou frustração das grandes transformações experimentadas por outros países ocidentais, tais como a revolução industrial, a revolução burguesa ou inclu-

sive uma verdadeira revolução liberal que fosse capaz de evoluir em direcção à instauração da democracia (Juliá, 1996). A Espanha era uma excepção no Ocidente, um país agrário e arcaico, e o caciquismo formava parte dessa realidade excepcional, dessa sociedade analfabeta e rural dominada por uma oligarquia antimoderna, com fortes vestígios do Antigo Regime.

Concomitantemente, desenvolvia-se uma segunda tendência historiográfica que interpretava de forma diferente o significado do caciquismo na vida política da Restauração. A partir dos ensinamentos de Raymond Carr em Oxford e de José María Jover em Madrid, uma nova geração de historiadores submergia-se nos arquivos e elaborava uma descrição bastante completa do universo político *restauracionista*, elevando as suas descobertas a explicações gerais. Nela destacaram-se os escritos de José Varela Ortega, Joaquín Romero Maura e Javier Tusell (AAVV, 1973; Varela Ortega, 1977; Tusell, 1976).

A importância desta corrente — que, por sua vez, não é uniforme — pode ser sintetizada em três grandes rasgos. Para começar, estes historiadores procederam a uma análise detalhada do sistema político, sobretudo no que se referia ao processo eleitoral, identificando o sentido e o ritmo do turno pacífico entre conservadores e liberais e os mecanismos através dos quais aqueles que estavam no governo conseguiam obter em todas as eleições uma maioria parlamentar para o seu partido e uma minoria substancial para o partido oponente. Tusell, no seu trabalho sobre a Andaluzia, descreveu brilhantemente a elaboração do *encasillado* — o acordo que precedia as eleições e antecipava o seu resultado — e explicou como, em geral, os desejos do executivo eram sistematicamente cumpridos nas urnas, onde se verificava um alto índice de corrupção. Por seu lado, Varela Ortega classificou os diferentes tipos de distritos eleitorais e de influência eleitoral dos poderosos, notando que naquele tempo conviviam o caciquismo tradicional (ou apoio deferencial) com o caciquismo transicional (ou apoio por compensação), o caciquismo violento (apoio pela ameaça) e o caciquismo transaccional (apoio comprado).

Em segundo lugar, subjazia nestas descrições a concepção do caciquismo como um fenómeno político, onde os poderosos não se apoiavam tanto na sua posição económica, mas antes na manipulação dos recursos administrativos proporcionados pelo controlo do Estado. Mais do que um instrumento ao serviço da dominação de classes, o sistema caciquista era um modo de organização política. Os caciques, como sublinhou Romero Maura, não eram necessariamente os mais ricos das aldeias, os proprietários que, por serem-no, controlavam as edilidades e orquestravam as eleições, mas antes eram pessoas de origem modesta que conheciam o funcionamento da burocracia estatal. Tusell falou de dois modelos de políticos influentes: o «notável» e o «profissional». Por seu lado, Varela Ortega escreveu que a chave do sistema

«estava no controlo da administração» e que «a existência de uma maquinaria administrativa omnipresente e complexa (cujo manejo requeria um determinado grau de habilidade e qualificações profissionais) proporcionava um maior nível de mobilidade social do que o esperado numa sociedade rural atrasada» (Varela Ortega, 1977, pp. 366 e 368). Estas afirmações eram completadas com a ideia de que não existia um *bloco de poder* no sentido «tuñoniano», mas antes as decisões políticas eram independentes dos interesses económicos. Precisamente, Varela Ortega defendia que os políticos da Restauração não dependiam (para a sua subsistência) dos poderes económicos, mas sim das maquinarias político-administrativas caciquistas, e, portanto, não eram subservientes aos grandes interesses agrários e industriais, embora pudessem chegar a acordos conjunturais com os mesmos (Varela Ortega, 1977).

Por último, esta visão do caciquismo descartava a excepcionalidade do caso espanhol. O caciquismo era essencialmente patrocinado, ou seja, a versão espanhola do fenómeno universal do clientelismo político, que contaminava especialmente a administração pública. Na realidade, o sistema da Restauração resultava equiparável ao de outros países europeus, isto é, consistia num regime liberal baseado nas redes clientelares formadas pelos partidos políticos no contexto de uma sociedade rural e alheada. De facto, como afirmava Raymond Carr, (1982 [1966]), o sistema ter-se-ia transformado, tal como aconteceu com os seus homólogos europeus, num sistema democrático, não fosse o golpe militar do general Primo de Rivera em 1923.

Depois da formulação destas bases interpretativas, os anos 80 foram caracterizados por uma grande profusão de estudos históricos que conseguiram acumular um importante caudal de informação sobre a vida política da Restauração (Tusell, 1991). Apesar de a produção historiográfica ter sido muito variada, podemos resumir as características gerais desta etapa em três. Por um lado, a maioria dos trabalhos limitava-se ao âmbito local, provincial ou regional, sob o patrocínio de instituições políticas, tais como as câmaras municipais, os distritos ou as comunidades autónomas, que financiaram investigações e publicações. Deste modo, aos poucos foi-se configurando um mosaico diversificado sobre a Restauração. Por outro lado, o principal objecto destes estudos foram os actos eleitorais. Com eles foi possível completar o conhecimento acerca da fraude e corrupção eleitorais e dos resultados dos comícios. Apenas de forma secundária eram referidas as características partilhadas pelas elites políticas e o ambiente económico e social onde se encaixava o sistema caciquista. Em geral, o tom dos textos resultava muito descritivo e não superava o âmbito local ao ponto de sofrer com esse localismo. Ao contrário das obras fundacionais, e salvo algumas excepções (Yanini, 1984; Castells, 1987), os novos trabalhos evitavam as

generalizações, mesmo ao confirmarem as hipóteses elaboradas por outros, e, portanto, nem sequer se aventuravam em novas interpretações.

NOVAS PERSPECTIVAS NOS ESTUDOS SOBRE O CACIQUISMO

Desde finais dos anos 80, a historiografia sobre a Restauração espanhola — e também sobre o caciquismo — deu um salto considerável. Por exemplo, foram exploradas novas formas de estudar a vida pública, tal como a utilização do conceito de «modernização política» para analisar as resistências e dificuldades que as elites governantes opuseram à democratização do sistema (Carnero, 1997). Também foram investigados os efeitos da introdução do sufrágio universal masculino (em 1890) sobre o comportamento eleitoral e foi estabelecida uma nova tipologia de distritos (Dardé, 2003). Igualmente proliferaram dezenas de estudos sobre os partidos políticos e biografias de personagens relevantes da vida política daquela etapa (v., a título de exemplo, González Hernández, 1997, e Moreno Luzón, 1998). Mas, essencialmente, apareceu uma nova fornada de estudos locais que superou os defeitos da anterior, ou seja, soube ultrapassar os limites do localismo e colocar questões gerais, inclusive utilizando uma linguagem comum que possibilitou o debate e o progresso historiográfico. Deste modo, desenvolveram-se neste período dois enfoques distintos sobre a política caciquista, os quais reformulam as ideias clássicas e abrem novos horizontes de investigação: a visão mais difundida, que se poderá denominar *nova história política*, e outra, alternativa, a que caberia chamar *história social agrária*, surgida nos últimos anos e com espírito crítico relativamente à tendência hegemónica.

A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

Trata-se da corrente mais sólida e influente entre os jovens historiadores e deu como fruto diversas monografias de carácter regional e alguns livros colectivos, entre os quais se destaca *El Poder de la Influencia. Geografía del Caciquismo en España (1875-1923)* [Varela Ortega (dir.), 2001], que é uma síntese da informação disponível sobre cada uma das regiões espanholas e, portanto, um ponto de partida iniludível para explorações ulteriores.

Esta escola partilha algumas das preocupações iniciais da história política dos anos 70, aprofundando-as e desenvolvendo-as. Por exemplo, começa por sublinhar a centralidade da política como um miradouro adequado no processo de observar, inter-relacionar e dar sentido a múltiplas dimensões da realidade social, económica e cultural. Do mesmo modo, mostra uma notável ambição comparativa, especialmente no que se refere a outras manifestações

européias semelhantes ao caciquismo espanhol. Entre elas sobressai a da Itália liberal, que deu azo a várias e bem sucedidas tentativas de comparação [por exemplo, Casmirri e Suárez Cortina (eds.), 1998]. Além do mais, recorre a conceitos provenientes das ciências sociais, tais como a sociologia, a ciência política e, em menor medida, a antropologia. Utilizou-se preferencialmente e de forma algo ecléctica a literatura académica sobre o clientelismo político [Moreno Luzón, 1995; Roblkes Egea (coord.), 1996]. Sob este ponto de vista, é reafirmada a absoluta falta de excepcionalidade do caciquismo espanhol, que não seria mais do que uma variante de um fenómeno generalizado que tem as suas componentes bem definidas, assim como a relação entre eles e as suas implicações nos distintos sectores.

Em segundo lugar, a nova história política da Restauração distingue-se pelos seus objectos de estudo, que são essencialmente três: as elites políticas, os partidos e clientelas partidistas e o comportamento político em geral. Relativamente às elites, foram estudadas as personagens influentes na cena pública, tanto separadamente como em conjunto, ou seja, através de métodos prosopográficos, procurando as continuidades entre as diferentes biografias. Praticamente todo o interesse confluuiu nos parlamentares, sobretudo nos deputados, que ocupam um lugar-chave no sistema político ao interligarem os assuntos locais com o poder central [Carasa (dir.), 1997]. No entanto, cada vez mais a atenção é dirigida para os escalões inferiores da representação política, como as *diputaciones provinciales*, que agiam como passagem intermédia dos deputados em direcção ao *cursus honorum* e representavam um papel essencial na configuração das influências territoriais (Martí, 1991).

Graças a esse detalhado estudo prosopográfico foi possível definir os rasgos profissionais destas elites políticas. Devemos ter em conta que para se poder dedicar à política nos tempos da Restauração era necessário desfrutar de uma situação económica independente. Neste sentido, abundavam os proprietários e rendeiros, profissionais independentes e funcionários, comerciantes e industriais — frequentemente os mesmos indivíduos acumulavam várias destas actividades.

Logicamente, o perfil das elites variava de região para região. Os proprietários ocupavam um lugar decisivo na Andaluzia, Estremadura e algumas partes de Castela, onde tinham beneficiado das desamortizações realizadas pela revolução liberal do século XIX. No entanto, em muitas zonas os proprietários agrários representavam apenas uma parte — e não a maioria — das elites políticas. Além do mais, em muitos casos os agricultores mais influentes não eram os grandes latifundiários, mas sim aqueles que se dedicavam a cultivos comerciais, com amplos contactos na burocracia estatal e bem organizados, como no caso de Valência. O segundo grupo social com grande presença entre as elites era o dos profissionais, sobretudo advogados (que não devem ser confundidos com os licenciados em Direito, já que

muitos destes não exerciam a sua profissão), que predominavam em sedes judiciais e em algumas regiões, como a Catalunha e a Galiza (neste caso devido à complexidade do sistema de posse da terra). Muitos *homens novos* ascenderam, graças ao conhecimento das leis e da administração, até à cúpula política e de negócios. Outros profissionais — tais como jornalistas, professores ou engenheiros — também exerceram funções importantes em determinadas áreas. Em terceiro lugar, destacavam-se os homens de negócios dedicados à indústria, comércio e finanças, praticamente ausentes em regiões pobres, como a Estremadura, e muito activos na Catalunha e especialmente no País Basco (onde se formou um conluio político entre os *capitães da indústria* mineira e da siderurgia, que prescindiam de mediadores e se apresentavam directamente aos actos eleitorais).

Através do estudo das elites políticas torna-se clara a sua estreita relação com os respectivos contextos económicos locais. Em geral, trata-se de gentes vinculadas aos sectores mais dinâmicos de cada região, desde a agricultura comercial até aos caminhos de ferro ou minas: os açucareiros andaluzes, os farinheiros castelhanos e os conserveiros galegos, os comerciantes grossistas murcianos, os exportadores de vinho e esparto alicantinos, os armadores maiorquinos, valencianos, sevillhanos e gaditanos. Estes, ocasionalmente, controlavam múltiplos ramos da economia regional; no entanto, o mais comum era tratar-se de pequenos empresários que, juntamente com os proprietários e os profissionais, configuravam uma *alta mesocracia* [Carasa (dir.), 1997], em permanente evolução, já que com o passar do tempo foi diminuindo o número de proprietários e crescendo o número de profissionais e homens de negócios. Portanto, a nobreza de cunho antigo ocupava um posto marginal entre as elites e, neste sentido, é difícil manter a ideia de que os poderosos da Restauração encarnavam a persistência do Antigo Regime.

Apesar dos múltiplos vínculos e continuidades observados, não se poderá, no entanto, falar de uma identificação plena entre elites políticas e elites económicas — ou seja, de um *bloco de poder* no sentido «tuñoniano» — na Espanha da Restauração. Será mais adequado referir a dispersão e fragmentação de umas elites bastante heterogéneas. Igualmente não ficou provada a subordinação da política aos interesses económicos. Neste contexto, será mais adequado conceber a questão como uma relação complexa, versátil e bidireccional entre o poder económico e o poder político, no que foi apelidado de *instrumentação recíproca* (Cabrera e Del Rey, 2002). Inclusive, naqueles casos onde coincidiam as elites económicas e políticas, cada uma utilizava distintos *argumentos de poder*, dependentes do momento e não necessariamente confluentes (Sierra, 1996). Portanto, os novos historiadores da política encontram-se a meio caminho entre as duas posições detectadas até ao momento sobre esta temática — aquela que separava as atitudes

políticas das pressões económicas e aquela que fazia depender as atitudes políticas das pressões económicas.

Seja como for, estes trabalhos sublinham a importância das acções de determinados indivíduos — *primates*, notáveis e *caciques* — na hora de explicar a presença e a força de determinados âmbitos de influência política, de caciquismos estáveis, em desfavor de factores estruturais, como, por exemplo, o índice de analfabetismo em cada região (AAVV, 2000). Igualmente, neste trabalhos é demonstrada a densidade dos laços de parentesco que uniam as elites caciquistas, pelo que, frequentemente, em vez de se falar de um só indivíduo, é necessário referir-se a famílias inteiras para poder entender as chaves da vida política numa determinada região. Recorrentemente, herdavam-se chefaturas de partidos e distritos eleitorais, misturava-se o público com o privado e a «herança — mecanismo jurídico que regulava a perpetuação do protagonismo sócio-económico familiar — também regia, embora de maneira informal, a vida política» [Fernando Sánchez Marroyo, *in* Varela Ortega (dir.), 2001, pp. 332-333]. A importância do parentesco era de tal modo que há quem proponha a substituição do termo *amigos políticos*, implementado por Varela Ortega para caracterizar esta época, pelo termo *famílias políticas* [Carasa (dir.), 1997].

Em segundo lugar, a nova história política também se ocupou dos partidos e clientelas partidistas. Estes autores focavam essencialmente as formações governamentais, facto que veio corrigir o anterior desequilíbrio nos estudos sobre a Restauração, que favorecia as forças da oposição — republicanos, catalanistas, nacionalistas bascos — e o movimento operário. Uma das suas conclusões mais surpreendentes remete para as estratégias organizativas de conservadores e liberais, que, em muitas províncias, ultrapassavam as meras facções individualizadas para passarem a dispor de autênticas organizações — as quais, embora não sendo complexas, eram pelo menos mais desenvolvidas do que era costume pensar-se: eram compostas por comités e círculos capazes de construir um censo de filiados e de fazerem campanhas, isto para além dos correspondentes órgãos de imprensa (Zurita, 1996). Tendo em conta o previsível caminhar em direcção à política de massas, descreveu-se a transformação das *clientelas partidárias* em *partidos clientelares*, chegando mesmo a sugerir-se que, mais do que partidos de notáveis no sentido estrito, nas filas dinásticas da Restauração havia verdadeiros partidos de quadros (Peña, 1998).

No entanto, todos os autores aqui referidos partilham o paradigma mais difundido no estudo do caciquismo espanhol, que é a sua concepção como uma trama clientelar. Os partidos monárquicos (e também alguns da oposição), mais ou menos desenvolvidos em cada região, podem ser entendidos como combinações de clientelas piramidais de patrões e clientes, alimentadas pela procura e concessão de recomendações e favores — isto no contexto

de uma cultura política marcadamente particularista, mais preocupada com os benefícios imediatos do que com os programas ideológicos gerais e que afectava tanto as elites como outros sectores da população, por sua vez pouco interessados nos assuntos públicos (Moreno Luzón, 1995).

Graças a investigações exaustivas em arquivos estatais e (sobretudo) privados, hoje em dia conhece-se em profundidade o intercâmbio de favores e prebendas que acompanhava a política da Restauração. Em alguns dos fundos documentais que ainda se conservam, tais como os dos líderes conservadores Antonio Maura e Eduardo Dato ou o do liberal conde de Romanones, uma parte substancial da correspondência política era dedicada a todo o tipo de recomendações e favores. Em geral, os historiadores utilizam a distinção entre favores individuais e favores colectivos. Os favores individuais diziam respeito essencialmente a empregos na administração pública ou, por vezes, nos negócios particulares do cacique ou notável local, embora também à resolução de todo o tipo de expedientes burocráticos, desde o indulto até à isenção do serviço militar. Os favores colectivos diziam respeito a acções estratégicas que afectavam toda uma comunidade, fosse ela uma aldeia, uma comarca ou, inclusive, uma província — por exemplo, nas obras públicas. O normal era encontrar uma combinação de ambos os tipos de favores numa mesma clientela, apesar de os favores colectivos terem, com o tempo, ganho maior importância pela sua estreita relação com as necessidades locais.

Em terceiro lugar, estes historiadores interessaram-se pelas características e evolução do comportamento político dos espanhóis no (largo) período da Restauração. Nesta linha, as eleições continuaram a representar um papel relevante, mas desta vez secundarizadas relativamente ao emaranhado de elites e clientelas, que passa para o primeiro plano da pesquisa. Noutras palavras, os comícios convertem-se em momentos cruciais onde saem à luz as relações de poder, mas não se transformam nos únicos — nem sequer nos mais importantes — objectos de estudo. Continuam a aparecer textos de conteúdo exclusivamente eleitoral, embora em menor número. Ninguém esquece a importância da intervenção das autoridades ao serviço do *encasillado*: o voto oficial, as fraudes organizadas desde a cúpula, etc. No entanto, a tradicional insistência dos trabalhos sobre o caciquismo na fraude e corrupção eleitorais (desde o *pucherazo*, ou falseamento dos resultados, até à compra de votos) dá lugar a outro tipo de explicações sobre os comícios, que sublinham o peso das diferentes clientelas: a vitória era um produto mais da repartição de recursos entre elas. Noutras palavras, os praticantes da nova história política não se limitam a descrever os processos eleitorais, mas também insistem em procurar as suas últimas chaves explicativas.

Essas chaves são frequentemente encontradas nos meios empregues pelas distintas máquinas políticas, formadas quase sempre por clientelas que lide-

ravam as já referidas elites. Poder-se-ia tratar, claro, de recursos económicos. Por vezes levava a água ao moinho quem controlasse uma boa parte das relações laborais, como era, por exemplo, o caso das influências baseadas na grande propriedade (tal como acontecia nas regiões latifundiárias da Andaluzia ou Castela-de-Mancha), ou em modalidades de posse da terra que facilitavam o controlo do camponês (como era o caso das hortas do Sudeste espanhol), ou em explorações industriais, tais como as companhias mineiras que se dispersavam pelo território. Noutras ocasiões era importante a riqueza, empregue na compra dos votos, que foi crescendo a partir da implantação do sufrágio universal. No entanto, a influência política, com ou sem poderio económico, vinculava-se especialmente ao controlo dos recursos da administração, à mediação para aceder aos mesmos tanto de forma individual como colectiva. Na realidade, este era um instrumento quase imprescindível para qualquer máquina política com ambições de perdurar e obter êxitos eleitorais.

Com o passar do tempo e, especialmente, no início do século xx também apareceram máquinas políticas que mobilizavam o eleitorado com objectivos ideológicos num contexto de crescente competitividade eleitoral. Algumas ainda tiveram uma grande influência — inclusive obtiveram o poder — em determinadas autarquias, como, por exemplo, os republicanos nas grandes cidades, desde A Corunha a Málaga e desde Gijón a Cartagena — o que poderia ser interpretado como o antecedente do triunfo da esquerda que proclamou, em Abril de 1931, a II República. Algumas destas organizações, inclusive, obtiveram ainda assento no parlamento e um protagonismo de alcance nacional: os republicanos, sobretudo os radicais de Barcelona ou Valência, os catalanistas, os nacionalistas bascos e os socialistas. Aqui caberia incluir também os tradicionalistas os carlistas, que nas regiões onde dispunham de uma ampla base social (País Basco e Navarra) promoveram um comportamento político moderno (Larrazá, 1997). Estes partidos estimulavam a mobilização com a propaganda eleitoral e a construção de uma identidade colectiva através da imprensa, das associações, casinos, ateneus ou casas de partido, das actividades culturais e lúdicas, dos símbolos e rituais. Isto, no entanto, não evitava que recorressem frequentemente aos métodos caciquistas, desde a fraude até aos favores administrativos, quando dominavam alguma parcela de poder. Não eram infrequentes as máquinas políticas mistas, como, por exemplo, a dos republicanos reformistas nas Astúrias ou a dos regionalistas da Catalunha, que combinavam uma acção política moderna nas cidades com o cultivo do caciquismo nas zonas rurais.

A HISTÓRIA SOCIAL AGRÁRIA

Para além da nova história política, desenvolveu-se nos últimos anos outra corrente interpretativa do caciquismo, corrente esta frequentada por

sectores ainda minoritários da historiografia espanhola e que é apelidada genericamente de «história social agrária». De acordo com um dos seus defensores mais destacados, é possível resumir em três as suas características mais diferenciadas. Em primeiro lugar, a passagem «da dimensão macroanalítica para a preferência pela microanálise», através da qual «os grandes processos político-eleitorais deram lugar — parcialmente devido a terem já sido analisados — a um interesse cada vez mais manifesto pelo âmbito político representado na comunidade local e rural». A atenção virasse, portanto, para a localidade rural e nela são analisadas as influências políticas das distintas instâncias públicas e privadas, em especial relativamente às autarquias. Em segundo lugar, impõe-se «a utilização, no *savoir faire* historiográfico, de ferramentas novas, adequadas à microanálise, provenientes de disciplinas como a antropologia social». Ao contrário da nova história política, que utiliza conceitos provenientes da ciência política ou da sociologia, na história social agrária invoca-se a antropologia, muito mais experimentada do que as restantes disciplinas no estudo de contextos rurais; no entanto, aqui a preferência recai sobre a escola antropológica marxista, em detrimento da escola funcionalista ou de outras escolas mais sofisticadas. Por último, «a irrupção, no cenário da análise do caciquismo, de historiadores oriundos de campos e tradições diferentes da história propriamente política» — preferencialmente, autores que estudaram a economia e a sociedade agrárias, o que veio a produzir «uma renovada visão sócio-económica» do mundo do caciquismo (Cruz, 1999, p. 115).

Esta interpretação tenta romper com o modelo *descendente* da nova história política, adoptando um enfoque *ascendente*, que contempla o fenómeno do ponto de vista dos que estão «por baixo»; igualmente, tenta aprofundar o desemaranhar das relações entre o poder económico e o poder político no âmbito local, que deste ponto de vista não foram suficientemente clarificadas por aqueles que foram caindo em reducionismos político-administrativos. Em definitivo, o caciquismo é explicado pelas estratégias de produção económica e reprodução social das oligarquias locais que dele tiravam partido (em especial as oligarquias agrárias) e, portanto, é-lhe atribuída uma função essencialmente sócio-económica. Esta conclusão acaba por não ser em absoluto original; todavia, utiliza uma linguagem distinta, acaba por repescar teses antigas sobre o predomínio da oligarquia proprietária de terras — que utilizava as ferramentas caciquistas para perpetuar a sua hegemonia (no que hoje se chama *reprodução social*) — e tingi-las mais ou menos explicitamente com teorias marxistas. No entanto, a história social agrária rejeita o suposto fracasso da revolução liberal-burguesa no solo espanhol, sublinhando ainda — ao contrário dos seus antecessores dos anos 60 e 70 — o predomínio, na Espanha do século XIX e primeiras décadas do século XX, dos valores e instituições característicos da sociedade capitalista (mesmo sendo

agrária e não industrial) sobre os decadentes restos feudais do Antigo Regime. Do mesmo modo, também rejeita a tal excepcionalidade do caciquismo hispânico, antes reconhecendo a existência de mecanismos similares de mediação política e social em muitas outras sociedades antes da irrupção da política de massas [Fernández Prieto (dir.), 1997].

Nesta visão há elementos valiosos, tais como o enquadramento do caciquismo noutras esferas da vida social, a abordagem às relações económicas no campo e o interesse historiográfico pelas estratégias familiares e culturas políticas camponesas (Cruz, 1994). Os camponeses, que formavam o grosso da população espanhola na época da Restauração, não eram meros espectadores passivos na dinâmica caciquista; também intervinham nela de acordo com a sua própria mentalidade e estratégias de sobrevivência, na procura de melhores condições de vida. No entanto, poder-se-á recriminar aos representantes da história social agrária, por um lado, o tratamento excessivamente parcial e limitado que dão ao assunto, inevitavelmente sujeito ao que acontecia nas pequenas localidades, e, por outro, as suas críticas algo desajustadas aos restantes historiadores da trama caciquista, acusados injustamente de esquecerem os vínculos entre a economia e a política.

CONCLUSÕES COMUNS

Pesem embora as diferenças entre as duas interpretações referidas, é possível referir algumas conclusões partilhadas por ambas. Para começar, as duas iluminam os múltiplos canais que comunicaram a influência política e os interesses económicos na Restauração, embora haja detalhes importantes que separam as respectivas posições. Em geral, a nova história política reconhece a importância dos factores económicos e sociais, mas continua a atribuir a primazia ao controlo da administração pública e concede uma lógica autónoma ao mundo da política, que lhe serve de núcleo central de análise e de observatório para a contemplação das restantes variáveis. Portanto, discute com veemência, mas não rejeita por completo, a tese da escola de história política dos anos 70. Por outro lado, no enfoque agrarista continuam a prevalecer as realidades económico-sociais sobre as políticas, incorporando grande parte da herança do marxismo anterior e deixando a política para um segundo plano.

Relativamente aos mecanismos de representação, ambas as tendências destacam, de uma maneira ou de outra, a vinculação dos políticos ao contexto local através da defesa de interesses que frequentemente coincidiam com os próprios. Os deputados, por exemplo, relacionavam-se com as zonas que representavam através de múltiplos laços económicos, profissionais, familiares ou clientelares. Organismos como câmaras de comércio, associações empresariais, bancos locais ou colégios de advogados representavam

um papel fundamental nestas ligações com as instituições locais. Inclusive, âmbitos de socialidade, como os casinos e os círculos, ou manifestações religiosas, como as confrarias da Páscoa, promoviam esta ligação. Além do mais, os próprios parlamentares dedicavam-se a tarefas de mediação com o poder central, no que se pode interpretar como um mercado político onde os sectores locais negociavam em competição [Rogelio López Blanco, *in* Varela Ortega (dir), 2001]. Uma parte substancial destas tarefas era realizada no parlamento, que não era um órgão inerte, mas antes exercia funções substanciais no sistema político da monarquia constitucional [Cabrera (dir.), 1998]. Portanto, devemos concluir que a artificialidade da vida política da Restauração, tal como foi denunciada pelos intelectuais da época e por alguns historiadores posteriores, fica posta em causa. A *Espanha oficial* não estava tão longe da *Espanha real* e muitos interesses autênticos viam-se satisfeitos através dos caudais clientelares proporcionados pelos partidos do governo.

De uma maneira ou de outra, ambas as posturas historiográficas sublinham igualmente o peso das elites locais no conjunto do sistema político, o que vem corrigir a tradicional ênfase da historiografia no predomínio do poder central. Pelo menos, é referida a necessidade sentida pelos dirigentes nacionais em todos os terrenos, em especial no eleitoral, de negociarem com os poderosos de cada local de forma a poderem levar a cabo as intenções do governo, como, por exemplo, no *encasillado*. Neste contexto, parece significativa a análise do chamado *cunerismo*, ou seja, a aparição de deputados sem vínculos evidentes com os distritos que representavam, muito menos comum do que à primeira vista se poderia pensar (por exemplo, Garrido, 1998) e frequentemente ligada à influência de um notável local que era quem colocava o *cunero* na respectiva zona e lhe oferecia os seus recursos para procurar a vitória eleitoral, a troco de contactos interessantes em Madrid. Na política desta época abundava também o discurso de defesa daquilo a que se chamavam «os interesses morais e materiais» de cada região e as exigências dos sectores mais mobilizados da opinião pública encontravam um enquadramento adequado no discurso localista. Em geral, estes estudos dão razão a Juan Pablo Fusi, que salientou o papel da província como o âmbito mais importante da vida social e política espanhola até bem dentro do século xx (Fusi, 2000).

A relevância dos poderes locais em detrimento do poder central cresceu com o passar do tempo, sobretudo depois da implantação do sufrágio universal, a partir de 1890, e mais ainda com a irreversível fragmentação dos partidos a partir de 1913: a crise das formações monárquicas obrigou a que os políticos espanhóis procurassem a segurança de uma influência local indiscutível, de forma a evitarem ser varridos pela instabilidade governamen-

tal. Um indicador deste fenómeno encontra-se no aumento do número de *distritos próprios*, aqueles que elegiam continuamente o mesmo candidato ou deputados do mesmo partido ou clientela — distritos cuja magnitude depende, obviamente, dos pressupostos empregues para os interpretar, mas cuja existência, em geral, é confirmada pelos trabalhos acima referidos. Evidentemente, o governo não podia orquestrar as eleições com tanta comodidade em 1918 como em 1879, quando o ministro da governação comunicava aos governadores civis os nomes dos candidatos *encasillados* dias antes das eleições. De facto, a partir de 1918 passou a ser muito difícil obter uma maioria parlamentar. Há algumas vozes dissonantes que insistem na grande presença de distritos próprios no início da Restauração e no seu progressivo debilitar a favor do poder central (Pro Ruiz, 2000). No entanto, o consenso maioritário sobre esta temática obrigava a questionar a ideia de que, na Restauração, o executivo se impunha quase invariavelmente, ou seja, reinava a *executivis invasoris*, de que fala José Varela Ortega nos seus últimos trabalhos (Varela Ortega e Medina, 2000).

Definitivamente, os historiadores de uma ou de outra escola coincidem hoje na rejeição de sentenças simplistas e, pelo contrário, na afirmação da complexidade da vida política na Espanha da Restauração, com diversas variantes regionais e locais, com diferenças relevantes entre a cidade e o campo e onde conviviam práticas tradicionais com comportamentos políticos modernos, num contexto geral de permanente evolução.

PERSPECTIVAS DE FUTURO

A problemática aqui esboçada permite indiciar alguns dos caminhos pelos quais decorrerá, ou deveria decorrer, a historiografia sobre o caciquismo espanhol no futuro imediato. Em primeiro lugar, seria conveniente que se explorassem territórios e épocas pouco ou nada conhecidos até ao momento. Por exemplo, o comportamento político das cidades, já sugerido em algumas investigações (Forner *et al.*, 1997). Foi bastante estudada a vida pública de Barcelona, Valência ou Gijón depois da mudança de século, sobretudo através dos movimentos políticos — republicanos, nacionalistas — que renovaram o panorama eleitoral; no entanto, apenas existem monografias acerca de outros núcleos urbanos importantes, especialmente de Madrid, cujo papel protagonista como capital do Estado estava ligado a uma surpreendente mistura de redes clientelares e associativismo político (Moreno Luzón, 2002). Também parece necessário e urgente (mais até do que a anterior) alçar a vista mais além do período da Restauração, tanto para trás, para analisar o restante século XIX, tal como foi feito, por exemplo, por Veiga Alonso (1999), como para a frente, para poder comprovar se efectivamente o caciquismo restauracionista sobreviveu e até que ponto teve importância política sob a ditadura de Primo de Rivera e no regime democrático da II República

ou mesmo durante a primeira fase do franquismo (Grandío, 1999; Cazorla Sánchez, 2000). Consolidar-se-ia assim a tendência para contemplar o caciquismo como um fenómeno de longa duração [Robles Egea (coord.), 1996].

Relativamente à procura de novos enfoques aptos para a investigação, caberia advogar por uma espécie de história social do poder político que, para além dos elementos contemplados anteriormente, incluísse as dimensões básicas da cultura. Dever-se-ia tentar compreender as mentalidades que tornaram possível a vitalidade e a permanência do caciquismo, por exemplo, através de fontes como a literatura e o folclore (Peñarrubia, 1999), e sobretudo procurar novas abordagens a outras componentes da cultura política, tais como a retórica que acompanhava os costumes caciquistas, a manipulação de símbolos e a utilização de uma linguagem própria, o uso dos rituais (banquetes, festas, visitas eleitorais) e dos espaços (casinos, círculos políticos) num universo singular e decisivo na evolução da Espanha contemporânea — sugestões encontradas em Jiménez Martínez (2003).

Por último, seria conveniente confrontar as conclusões sobre a política a nível local ou regional com a evolução da política nacional. Desta maneira, os estudos sobre o caciquismo dariam um maior contributo para a compreensão da crise da Restauração (1917-1923) e para o debate sobre as possibilidades de democratização daquele sistema político, uma polémica que se arrasta desde as famosas afirmações de Raymond Carr sobre o general Primo de Rivera como o estrangulador de um recém-nascido — o parlamentarismo democrático — no golpe de Estado de 1923 (Carr, 1982 [1966]). Actualmente, dispomos de abundante informação acerca da perda de hegemonia dos partidos dinásticos em favor das forças democráticas em algumas regiões e cidades; no entanto, também conhecemos a manutenção essencial do domínio caciquista na maior parte do território até 1923. Conhecemos o aumento dos distritos próprios na mesma altura em que os partidos (que eram mais complexos e representativos do que poderia parecer à primeira vista) se fragmentavam; mas ficámos sem perceber se o sistema caciquista da Restauração se encaminhava (ou não) para a democracia quando Primo de Rivera e o rei Alfonso XIII decidiram destruí-lo.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1973), *El Caciquismo*, sep. da *Revista de Occidente*, n.º 127.
- AAVV (2000), *Clientelas, Caciquismo y Poder en la Restauración*, sep. de *Historia Social*, n.º 36.
- AZAÑA, MANUEL (1966 [1923]), «Caciquismo y democracia», in *Obras Completas*, vol. 1, México, Oasis, pp. 471-474.
- AZCÁRATE, GUMERSINDO DE (1978 [1885]), *El Régimen Parlamentario en la Práctica*, Madrid, Tecnos.
- CABRERA, MERCEDES (dir.) (1998), *Con Luz y Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)*, Madrid, Taurus.

- CABRERA, MERCEDES, e REY REGUILLO, FERNANDO DEL (2002), *El Poder de los Empresarios. Política e Intereses Económicos en la España Contemporánea (1875-2000)*, Madrid, Taurus.
- CARASA, PEDRO (dir.) (1997), *Elites Castellanas de la Restauración*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 2 vols.
- CARNERO ARBAT, TERESA (1997), «Democratización limitada y deterioro político en España, 1874-1930», in Salvador Forner Muñoz (coord.), *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, pp. 203-239.
- CARR, RAYMOND (1982 [1966]), *España, 1808-1975*, Barcelona, Ariel.
- CARR, RAYMOND (1999), «Democracy's long siesta», in *The Times Literary Supplement*, n.º 5019, 11 de Junho, p. 6.
- CASMIIRI, SILVANA, e SUÁREZ CORTINA, MANUEL (eds.) (1998), *La Europa del Sur en la Época Liberal. España, Italia y Portugal. Una Perspectiva Comparada*, Santander, Universidad de Cantabria.
- CASTELLS, LUIS (1987), *Modernización y Dinámica Política de la Sociedad Guipuzcoana de la Restauración, 1876-1915*, Madrid, Siglo XXI.
- CAZORLA SÁNCHEZ, ANTONIO (2000), *Las Políticas de la Victoria. La Consolidación del Nuevo Estado Franquista (1938-1953)*, Madrid, Marcial Pons Historia.
- COSTA, JOAQUÍN (1975 [1902]), *Oligarquía y Caciquismo como la Forma Actual de Gobierno en España: Urgencia y Modo de Cambiarla*, Madrid, Ediciones de la Revista del Trabajo, 2 vols.
- CRUZ ARTACHO, SALVADOR (1994), *Caciques y Campesinos. Poder Político, Modernización Agraria y Conflictividad Rural en Granada, 1890-1923*, Madrid, Ediciones Libertarias.
- CRUZ ARTACHO, SALVADOR (1999), «Clientes, clientelas y política en la España de la Restauración», in *Ayer*, n.º 36, pp. 105-129.
- DARDÉ, CARLOS (2003), *La Aceptación del Adversario. Política y Políticos de la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Biblioteca Nueva.
- FERNÁNDEZ PRIETO, LORENZO, NÚÑEZ SEIXAS, XOSÉ M., ARTIAGA REGO, AURORA, e BALBOA, XESÚS (eds.) (1997), *Poder Local, Elites e Cambio Social na Galicia non Urbana (1874-1936)*, Santiago de Compostela, Parlamento de Galicia/Universidade de Santiago de Compostela.
- FORNER MUÑOZ, SALVADOR, GARCÍA ANDREU, MARIANO, GUTIÉRREZ LLORET, ROSA ANA, e ZURITA ALDEGUER, RAFAEL (1997), «Modernización social y comportamiento urbano en España, 1910-1923», in Salvador Forner Muñoz (coord.), *Democracia, Elecciones y Modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, pp. 241-293.
- FUSI, JUAN PABLO (2000), *España. La Evolución de la Identidad Nacional*, Madrid, Temas de Hoy.
- GARRIDO MARTÍN, AURORA (1990), «Historiografía sobre el caciquismo: balance y perspectivas», in *Hispania*, n.º 176, pp. 1349-1360.
- GARRIDO MARTÍN, AURORA (1998), *Favor e Indiferencia. Caciquismo y Vida Política en Cantabria (1902-1923)*, Santander, Universidad de Cantabria/Asamblea Regional.
- GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, MARÍA JESÚS (1997), *El Universo Conservador de Antonio Maura. Biografía y Proyecto de Estado*, Madrid, Biblioteca Nueva/Fundación Antonio Maura.
- GRANDÍO SEOANE, EMILIO (1999), *Caciquismo e Eleccións na Galiza da II República*, Vigo, Edicións A Nosa Terra.
- HERR, RICHARD (1978), «La élite terrateniente española en el siglo XIX», in *Cuadernos de Investigación Histórica*, n.º 2, pp. 591-615.
- JIMÉNEZ MARTÍNEZ, MARÍA DOLORES (2003), *Favores e Intereses. Política de Clientelas y Cultura Electoral en Almería (1903-1923)*, Jaén, Universidad de Jaén.
- JULIÁ, SANTOS (1996), «Anomalía, dolor y fracaso de España», in *Claves de Razón Práctica*, n.º 66, pp. 10-21.
- LARRAZA, MARÍA DEL MAR (1997), *Aprendiendo a Ser Ciudadanos. Retrato Socio-Político de Pamplona, 1890-1923*, Pamplona, Eunsa.

- MARTÍ, MANUEL (1991), «Las diputaciones provinciales en la trama caciquil: un ejemplo castellanense durante los primeros años de la Restauración», in *Hispania*, n.º 51, pp. 993-1041.
- MORENO LUZÓN, JAVIER (1995), «Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil», in *Revista de Estudios Políticos*, n.º 89, pp. 191-224.
- MORENO LUZÓN, JAVIER (1998), *Romanones. Caciquismo y Política Liberal*, Madrid, Alianza Editorial.
- MORENO LUZÓN, JAVIER (2002), «Madrid, de la política de notables a la política de masas», in Adolfo Carrasco, José Luis García Delgado, Santos Juliá e Javier Moreno Luzón (eds.), *Madrid. Tres Siglos de Una Capital*, Madrid, Fundación Caja Madrid, pp. 169-188.
- ORTEGA Y GASSET, JOSÉ (1983 [1914]), «Vieja y nueva política», in *Obras Completas*, vol. 1, Madrid, Revista de Occidente, pp. 267-299.
- ORTÍ, ALFONSO (1975), «Estudio Introductorio» a *Joaquín Costa (1975 [1902])*, vol. 1, pp. XIX-CCLXXXVII.
- PEÑA GUERRERO, MARÍA ANTONIA (1998), *Clientelismo Político y Poderes Periféricos durante la Restauración. Huelva 1874-1923*, Huelva, Universidad de Huelva.
- PEÑARRUBIA, ISABEL (1999), *Carnaval, Condolades i Teatre Popular. La Dissidència a la Mallorca Caciquista (1875-1923)*, Palma, Menjavers.
- PRO RUIZ, JUAN (2000), «Caciquismo y manipulación electoral en la España de la Restauración (1890-1907)», in Rafael Sánchez Mantero (ed.), *En Torno al 98. España en el Tránsito del Siglo XIX al XX*, t. 1, pp. 197-208.
- ROBLES EGEA, ANTONIO (coord.) (1996), *Política en Penumbra. Patronazgo y Clientelismo Político en la España Contemporánea*, Madrid, Siglo XXI.
- SIERRA, MARÍA (1996), *La Política del Pacto. El Sistema de la Restauración a través del Partido Conservador Sevillano (1874-1923)*, Sevilla, Diputación de Sevilla.
- SUÁREZ CORTINA, MANUEL (1997), «La Restauración (1875-1900) y el fin del imperio colonial. Un balance historiográfico», in Manuel Suárez Cortina (ed.), *La Restauración, entre el Liberalismo y la Democracia*, Madrid, Alianza, pp. 31-107.
- TUÑÓN DE LARA, MANUEL (1960), *La España del Siglo XIX*, 2, Barcelona, Laia.
- TUÑÓN DE LARA, MANUEL (1984 [1972]), «La burguesía y la formación del bloque de poder oligárquico (1875-1914)», in *Estudios sobre el Siglo XIX Español*, Madrid, Siglo XXI, pp. 155-238.
- TUSELL, JAVIER (1976), *Oligarquía y Caciquismo en Andalucía (1890-1923)*, Barcelona, Planeta.
- TUSELL, JAVIER (1991), «El sufragio universal en España (1891-1936), un balance historiográfico», in *Ayer*, n.º 3, pp. 13-62.
- VARELA ORTEGA, JOSÉ (2001 [1977]), *Los Amigos Políticos. Partidos, Elecciones y Caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Marcial Pons Historia.
- VARELA ORTEGA, JOSÉ (dir.) (2001), *El Poder de la Influencia. Geografía del Caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons Historia/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- VARELA ORTEGA, JOSÉ, e MEDINA PEÑA, LUIS (2000), *Elecciones, Alternancia y Democracia. España-México, Una Reflexión Comparativa*, Madrid, Biblioteca Nueva.
- VEIGA ALONSO, XOSÉ R. (1999), *O Conde de Pallaes e o Seu Tempo 1828-1908. Aproximación o Activismo das Elites na Galicia Decimonónica*, Lugo, Deputación Provincial.
- VICENS VIVES, JAUME (dir.) (1985 [1957]), *Historia Social y Económica de España y América*, vol. v, *Los Siglos XIX y XX*, Barcelona, Vicens-Vives.
- YANINI, ALICIA (1984), *El Caciquisme*, Valencia, Institució Alfons el Magnànim.
- ZURITA ALDEGUER, RAFAEL (1996), *Notables, Políticos y Clientes. La Política Conservadora en Alicante. 1875-1898*, Alicante, Generalitat Valenciana/Instituto «Juan Gil-Albert».